

## Abaixo-Assinado

### **PROFESSORES EXIGEM PARTICIPAR NO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS E REAFIRMAM A SUA REJEIÇÃO DE UMA EVENTUAL ATRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE GESTÃO DE PESSOAL DOCENTE**

O Governo está a negociar com diversas autarquias a transferência de responsabilidades para as câmaras municipais. São também conhecidas declarações de alguns autarcas que permitem concluir que esse processo de contratualização da municipalização da educação está já a ser negociado para entrar em vigor no próximo ano letivo. É, porém, um processo que decorre sem que os professores, as suas organizações sindicais e os órgãos de gestão das escolas e agrupamentos sejam chamados a nele participar, como seria obrigatório.

O documento a partir do qual o Governo quer negociar com as autarquias raia o inimaginável quando se propõe transferir competências dos agrupamentos e escolas para as câmaras municipais e institui e estimula um processo de redução de docentes convertível em financiamento para as autarquias.

Hoje, as responsabilidades com os transportes escolares do Ensino Básico, as AEC, as refeições do 1º CEB e Pré-Escolar, instalações escolares, cartas educativas e até, em muitos casos, o pessoal não docente são já responsabilidade das autarquias. Os professores e educadores não recusam discutir a transferência de outras competências para o Poder Local, desde que num contexto de descentralização do sistema educativo e enquadrada numa Lei de Financiamento e Autonomia das Escolas do Ensino Básico, Secundário e Educação Pré-Escolar. Excecionam, porém, entre outros aspetos, os que se referem à gestão de pessoal, designadamente docente, que deverá continuar a ser competência do MEC.

Na atual situação, os professores educadores do concelho de: \_\_\_\_\_

- **reafirmam que rejeitam que salários, concursos e contratação de docentes, carreiras, ação disciplinar, seleção dos órgãos de gestão e organização curricular façam parte das matérias a transferir para a esfera das autarquias locais;**
- **recusam qualquer processo que signifique a retirada de poderes de gestão aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas;**
- **exigem que qualquer processo de transferência de responsabilidades do governo para o Poder Local, por se tratar de uma reconfiguração do sistema educativo, seja objeto de debate público e negociação com as organizações representativas da comunidade educativa, designadamente dos docentes;**
- **apelam aos órgãos do Poder Local para que recusem participar neste processo que tem como único objetivo permitir ao governo sacudir responsabilidades que constitucionalmente lhe cabem.**

julho 2014

Nome	Escola

